

Ulysses e Quêrcia se unem contra diretas-já

Mas não chegam a acordo sobre duração do mandato de Sarney: um quer cinco, o outro, seis

Da Sucursal

São Paulo — O deputado Ulysses Guimarães e o governador Orestes Quêrcia deixaram de lado as críticas mútuas e, depois de conversarem a sós por mais de uma hora no Palácio dos Bandeirantes, anunciaram uma aliança em torno de uma tese comum: são contra a realização de eleições diretas para presidente da República no ano que vem.

Eles não chegam a concordar sobre a duração do mandato do presidente Sarney. Ulysses defende um prazo de cinco anos, para qualquer presidente. Quêrcia sustenta que a gestão Sarney deve durar até 1990, para coincidir com a eleição do próximo Congresso. Dai em diante, o mandato presidencial deve durar quatro anos.

Mas a aliança entre os dois é circunstancial. No momento, o objetivo comum é tentar neutralizar o movimento pró-eleições diretas urgentes, que já conta com o entusiasmo de lideranças paulistas do PMDB, como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador Franco Montoro.

Ulysses foi procurar apoio em outra liderança, que já se posicionou contra a idéia e Quêrcia não se fez

de rogado. Há um mês, quando Quêrcia reuniu-se no mesmo Palácio dos Bandeirantes com os governadores do Rio de Janeiro, Minas e Mato Grosso para pedir a saída de Funaro, Ulysses Guimarães foi um dos principais alvos de suas críticas. Ontem, Ulysses e Quêrcia congelaram as rivalidades e se envolveram numa fraternal troca de elogios. O presidente do PMDB emprestou sua total solidariedade ao "companheiro e amigo Orestes Quêrcia. O Governador, em contrapartida, reconheceu Ulysses como "nosso comandante".

Para enfrentar o movimento que pretende as diretas no próximo ano, Quêrcia e Ulysses utilizarão todo seu poder de persuasão. Ontem à noite, o Governador de São Paulo juntou com parte da bancada peemedebista do Estado. Seu principal argumento para demovê-la da idéia de apoiar as diretas é que o País não pode se envolver numa campanha eleitoral durante a Constituinte. Já Ulysses, na quarta-feira vai participar da reunião da bancada federal do PMDB, que será presidida pelo deputado Luiz Henrique. Ele espera que entre os dois extremos das propostas já anunciadas — diretas em 88 ou em 90 — se decida por uma interme-

diária, com a fixação de um mandato de cinco anos.

Ao mesmo tempo em que defende seis anos para Sarney, Quêrcia ressalta a necessidade de se "prestigar o Presidente". Segundo disse, "O PMDB é hoje governo e não pode escapar dos problemas. Temos que ter paz, prestigiar o Presidente e o Ministro da Fazenda a contornar os problemas econômicos do País".

A aliança dos dois vai além. Quêrcia espera contar com o apoio de Ulysses Guimarães na indicação do futuro ministro da Indústria e do Comércio. A escolha desse ministro, afirmou Quêrcia, deverá acontecer até o final da semana e a vaga ficará para São Paulo.

Ulysses Guimarães procurou reduzir a repercussão do cancelamento do encontro que teria domingo com o presidente Sarney. Ao início, justificou que a conversa não havia sido marcada — desmentindo assim as informações do deputado Luiz Henrique —, mas depois mencionou de passagem um resfriado que teria vitimado Sarney para explicar o desencontro. De qualquer forma, comentou que suas conversas com o Presidente são quase diárias e não precisam de maiores preparativos para se encontrar.

GILBERTO ALVES



Fernando Henrique e Montoro, dois paulistas a favor das diretas para presidente em 88

Nordeste se reúne e não decide nada

ZENAIDE CASTRO
Correspondente

Natal — Os governadores do Nordeste estiveram reunidos ontem em Natal para discutir a atual posição do PMDB frente ao rompimento do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, com o Governo Federal, após a escolha do deputado Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL-PE) para o Ministério do Interior. Marcada para as 14 horas, mas com um atraso de quatro horas, a reunião entre oito governadores peemedebistas do Nordeste começou com a colocação das posições de cada um, a exemplo do governador Miguel Arraes, que declarou analisar essa discussão do PMDB como um gesto de defesa contra as últimas decisões do presidente José Sarney, como é o caso da designação de um representante do partido adversário para um ministério ligado diretamente ao Nordeste.

"Nós não podemos nos curvar diante de tudo. E preciso analisar cada situação para vermos os seus aspectos positivos e negativos. A nossa obrigação é tomar conhecimento da realidade dos Estados para colocarmos objetivamente as necessidades das populações", afirmou, Arraes. Acrescentando que não agiu com emoção quando decidiu romper com o Presidente da República. "O presidente Sarney me conhece há muito tempo e se ele diz que agi movido pela emoção está profundamente equivocado. Quem rompeu conosco, se é que rompeu, foi o próprio Presidente".

Tasso Jereissati, governador do Ceará, enfatizou na reunião que o presidente José Sarney deu um grande passo com relação ao Nordeste quando admitiu a possibilidade de discussão por parte dos administradores da região a cerca das decisões tomadas a nível nacional.

O primeiro passo para a deflagração da campanha por eleições diretas em 88 para presidente da República — mas só em 15 de novembro — foi dado oficialmente ontem da tribuna do Senado pelo líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso. Ao falar pela primeira vez como líder ele fez um apelo no sentido de que o Senado assumira o comando do processo de fixação do novo roteiro da democratização.

O líder peemedebista negou que exista no PMDB um comando colegiado ou uma cúpula, muito menos que haja uma tensão entre o presidente José Sarney e esta chamada "cúpula" do partido.

Richa vai sugerir hoje fixar mandato em 4 anos

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

A missão de paz que levou o senador José Richa (PMDB do Paraná) a procurar, no último domingo, os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires, em Recife e Salvador, volta a colocá-lo em evidência como um articulador e conciliador político, mas, ontem, ele negou que a viagem, súbita e quase misteriosa, fosse um esforço para assumir uma liderança nacional.

"Nunca pensei nisso", contestou Richa a idéia de que a rápida excursão ao Nordeste participa de uma estratégia para projetar a sua liderança, e que coincidiria com a proposta que formaliza hoje, perante a Constituinte, para fixar em quatro anos a duração do mandato do presidente da República.

Admite, porém, que na linha de sua vocação conciliatória, decidiu procurar Arraes e Pires para discutir com eles a insatisfação dos dois governadores com a indicação do deputado pefelista Joaquim Francisco para ministro do Interior, na última quarta-feira.

A idéia de viajar surgiu no sábado, depois de uma leitura do noticiário sobre as queixas de Waldir Pires e Miguel Arraes contra Sarney. "Se eu tenho um compromisso segundo da manhã em Maceió, posso passar antes por Salvador e Recife", recordou Richa que possuía o compromisso de comparecer a um debate sobre a Constituinte em Maceió.

A primeira providência foi requisitar o pequeno jato do seu suplente no Senado, Silvio Name. Em seguida, localizar Waldir

Pires, que estava em Ilhéus e aceitou antecipar sua volta a Salvador para a manhã de domingo. Enfim, procurar Miguel Arraes e marcar um encontro na tarde de domingo.

APOIO

Na volta a Brasília, procurou esclarecer que não foi ao Nordeste acalmar Arraes e Pires, mas apenas levar apoio:

— Não fui dar uma de bombeiro para apagar o fogo de Miguel Arraes e Waldir Pires. São dois governadores sensatos. O Arraes é extremamente moderado, embora possa parecer o contrário. Eles não precisam de conselhos meus para tomar decisões. Apenas fui prestar solidariedade e apoio aos dois, mesmo porque acredito na necessidade de se harmonizar as relações com os Estados.

Realça o senador Richa que a insolvência que os novos governadores encontraram nos Estados provoca um drama delicado para cada um deles e exige do governo federal uma política especial para contornar a situação.

O drama dos Estados, na sua concepção, torna-se ainda mais grave diante do gatilho salarial. "A cada vez que o gatilho dispara, os governadores sufocam ainda mais na insolvência. Uma empresa pode demitir e renovar os seus empregados. Mas o governo de um Estado não pode fazer isso e, quando o gatilho dispara, tem que aumentar desde o contínuo ao desembargador".

Além disso, os governadores não podem defender a queda do gatilho salarial, e nem Richa pensa nisso:

— Não podemos aban-

donar o gatilho. A escala móvel dos salários é um compromisso antigo do partido.

DRAMA

Com mais esse problema na cabeça, dedicou-se José Richa, ontem em seu retorno à realidade de Brasília, a mais um drama: o que fazer com o mandato do presidente Sarney? "Eu não sei ainda", confessou ignorar como situar o mandato do atual presidente na proposta que formaliza hoje na Constituinte.

A idéia é realizar, no mesmo dia, a eleição do Presidente, governadores, senadores e deputados. Cada um deles, eleito, ficaria com o mandato de quatro anos, para facilitar a coincidência eleitoral. Portanto, a eleição do sucessor de Sarney ficaria apenas para 1990 — embora prefira o senador que ela se realize no próximo ano.

Nessa dúvida, convocou um grupo de assessores para discutir o destino do mandato do Presidente atual — alguns dos assessores mandou buscar em Curitiba. A noite, discutiam como situar a questão no capítulo das Disposições Transitórias da nova Constituição — transitória porque ocasional.

Mas, em outras questões, Richa não tinha maiores dúvidas sobre como formalizá-las logo mais:

- 1 — Reeleição do Presidente por um período.
- 2 — Voto distrital puro.
- 3 — Eleição simultânea de prefeitos e vereadores.
- 4 — Proibição de ingresso sem concurso no serviço público.

Newton não vê apoio para diretas

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso disse ontem, em Belo Horizonte, que a maioria das lideranças políticas do País não deseja "diretas já", sendo preferível lutar para um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a ser determinado pela Assembleia Nacional Constituinte. "Esta é a tradição do mandato presidencial, vamos seguir a tradição".

Segundo o governador, em entrevista na 4ª Divisão de Exército, bastará uma ação efetiva do presidente José Sarney acertando a economia "para ele ter um mandato tranqüilo e passar de 1988". Ele não concordou com a afirmação de que o povo quer diretas já, afirmando que "somente um plebiscito poderia saber".

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, assegurou, ontem, que a tese de diretas em 88 para a Presidência da República, defendida por alguns líderes do PMDB, não é majoritária no partido nem na Constituinte. Procurando fugir de uma resposta objetiva sobre seu posicionamento, o ministro chegou a se irritar quando um repórter pediu para que abordasse mais claramente o tema. Raphael de Almeida Magalhães tomou o gravador da mão do jornalista, desligou o aparelho e disse: "O senhor não tem o direito de me formular uma pergunta desta maneira".

"Não é por ser ministro que vou defender o mandato de seis anos". A afirmação é do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, feita durante o seu despacho de ontem com o presidente José Sarney.

A duração do mandato do presidente Sarney, na opinião de Dante de Oliveira, depende de uma "decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte, que pode ser de cinco ou de quatro anos".

CNBB condena eleição já

São Paulo — A proposta de eleições presidenciais antecipadas pode incorrer "no perigo da ambigüidade de interesses pessoais e grupais, deixando de lado o grande objetivo do bem comum nacional", advertiu ontem o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, ao comentar o editorial de "O Globo".

— Exacerbar a exigência de eleições no momento seria adiar por mais tempo o esforço nacional em benefício de uma política habitacional, de redistribuição do uso da terra, de produção de alimentos ao alcance do poder aquisitivo do salário da população e de transportes — afirmou o bispo.